

07-03-2023

A prosa do mundo

Eguimar Felício Chaveiro

[Doutor em Geografia Humana - Livre-docente
da UFG/Universidade Federal de Goiás]

Eu e o meu amigo Romero Ribeiro desenvolvemos o mesmo projeto com intenções diferenciadas: de vez em quando deixamos os carros em nossas casas e entramos no “busão” da avenida Anhanguera. Ele, ator e professor de teatro, faz o percurso apenas para ver o comportamento dos passageiros, seus gestos, a sua pressa, o seu modo de andar, o jogo de olhar encadeado no traslado dramático da vida real dos trabalhadores que saem de suas casas e vão, todos os dias, para o local de trabalho. As suas viagens intermitentes de pesquisa no transporte coletivo de Goiânia nutrem a sua arte. Vendo a dramatização do corpo de trabalhadores, os pegos silenciosos, as deixas, os meneios, os golpes gestuais, percebe que em todos os lugares em todos momentos a vida humana é cheia de cenas. Nas minhas viagens perscruto o que os trabalhadores falam e também o discurso dos vendedores de balas e biscoitos; a abordagem de mendigos, a representação de promotores culturais, a picardia dos contadores de piada. Eu também quero a graça. É bem verdade que houve, num curto tempo, um abrupto comportamento dos passageiros: atualmente muitos preferem teclar o celular com os fones incrustados nos ouvidos. Esses odeiam ser abordados. Mas certamente, o seu silêncio é recheado de signos. Eu pesquiso a prosa do mundo. Pois bem! Li, certa vez, num ritmo lento, o livro “A linguagem escravizada” (2003), de Florence Carboni e Mário Maestri.

Descobri, na leitura, que o autor e a autora participam de um grupo de pesquisa de linguagem vinculado a uma ideia política: a insurgência é, também, um pleito verbal. No começo do livro a ideia é esboçada de maneira firme: a vitória da dominação ocorre a partir dos consensos ideologizados. Estabelecem uma interlocução com o pensador russo Mikhail Bakhtin, para o qual só há liberdade quando se supera a voz do dominador. E, ao promoverem a defesa de que a vitalidade e a criatividade dependem da autonomia do sujeito, Carboni e Maestri correm para que se tenha uma atenção aos falares plebeus.

Resulta disso que os trabalhadores de toda sorte, prostitutas, camponeses, povos indígenas e outras identidades, precisam contar a sua história de vida; precisam narrar o seu sofrimento, as suas lutas, as suas paixões. Ao narrarem suas vidas, as experiências eclodirão na consciência social e coletiva para que, ao se situarem no mundo de que fazem parte, elucidem as origens e as causas de seus sofrimentos, bem como o sentido de suas lutas e suas vidas. Quando os trabalhadores, as mulheres e as crianças constroem a sua memória coletiva torna-se mais fácil superar culpas por não terem tido sucesso econômico conforme a pauta e a ideologia do status dominante. A história de trabalho de cada sujeito é, no fundo, o retrato das mazelas do país e de suas possibilidades. Reconhecer as filigranas e a densidade dessa história é arrastar a língua para o que é essencial: o mundo concreto. Ao dizerem a sua história de trabalho, os trabalhadores aprendem o que é, também, a história do outro da mesma classe e da mesma identidade. Transformam a história de vida em fonte de irmandade.

Entretanto, cada sujeito, dotado de um corpo e de uma voz peculiar, regado de paixões que lhe são próprias e de lutas irreduzíveis ao Outro, possui uma singularidade intraduzível. É com essa singularidade que se vive, cria, sente.

O ponto de tensão entre a singularidade, a marca digital de um sujeito no mundo, e a esfera coletiva desdobra-se numa equação paradoxal: nunca o sujeito está só. Mas sempre estará só. Não há sujeito sem essa tensão. Com e por meio dela é que a vida é possível no trabalho e em qualquer relação.

A solidão humana, ontológica e indefensável, é tão dorida quanto necessária para haver a digital e haver criação. Contudo, somente superando-a pode haver solidariedade e amor. Pois bem! Ao ler o livro “A linguagem escravizada” é fácil compreender que os colonizadores, especificamente os portugueses aqui no Brasil, ingleses, espanhóis, franceses, em outros lugares, geraram uma política glotocida. Para haver a posse da terra e do território, do poder e das riquezas naturais, a investida colonizadora tratou de exterminar não apenas corpos, mas idiomas. Subjugar a fala do Outro é impor-lhe o silêncio submisso. De modo que a repressão aos falares indígenas, e depois a repressão aos falares-de-roça, estão na corrente da formação de um Estado autoritário brasileiro. Como se vê, o autoritarismo colonizador impôs o autoritarismo linguístico. Por isso, se entende que a repressão linguística é parte da repressão social e essa sempre coordena estratégias de repressão linguística.

Estabelecer o que e como se deve expressar em determinados lugares é a primeira tática de poder. Ao contrário, os falares blasfêmicos, heréticos, transgressores, loucos, sempre foram o último reduto da masmorra, das grades e dos manicômios. Daqueles que necessitavam de liberdade para sobreviver. Aliás, promover ranhuras e rasuras nos dizeres estabelecidos parece ser um dos principais papéis da filosofia e da arte. Enfrentar os regimes de castração linguística, inclusive, da linguagem protocolar das universidades, é o começo de conversa para haver mudanças sociais. Para que isso ocorra é necessário perguntar: “quem fala pela minha boca”? Numa pesquisa que fizemos em parceria com o meu amigo Orley Filemon tratamos de ouvir adolescentes da escola pública de Goiânia. Traçamos uma cartografia urbefônica, isto é, um mapa de falares da garotada da metrópole goianiense. Descobrimos que os adolescentes das periferias proletárias falavam de jogos eletrônicos e de músicas; da bíblia e de suas ligações com as igrejas; de carros e celulares. Igreja, mercado e tecnologia centravam a fala dos adolescentes.

O imaginário social e as ideologias reinantes das sociedades mundializadas estavam ali na garganta dos jovens trabalhadores. Quase nada esses jovens falavam dos conteúdos escolares, da história de sua família e do trabalho de seus pais. Vimos, na época, que, de fato, era necessário ouvir o silêncio dos jovens, o que não constava no círculo de suas conversas corriqueiras e o que lhes parecia estranho ser dito: o seu mundo social concreto. Vimos também que todo ser social possui competência linguística, mas os dizeres reais geralmente são estigmatizados e avaliados por um sistema invisível que impõe o que deve ser dito e o que não deve ser dito.

Quando o educador Paulo Freire defende a pronúncia de mundo mediante o que Ele denomina palavra-mundo a ideia é muito simples: que a palavra sirva para brincar e para imaginar; que sirva para festejar os encontros e para amar, e especialmente sirva para que os sujeitos se situem e se libertem. ■ ■ ■

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da Coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.